



*Ex Baetica Romam.*

Homenaje a José Remesal Rodríguez

Víctor Revilla Calvo, Antonio Aguilera Martín,  
Lluís Pons Pujol, Manel García Sánchez (eds.)



DOMINO  
IOSEPHO REMESAL RODRIGVEZ  
AXATITANO AD FLVMINIS BAETIS RIPAM NATO  
IN VNIVERSITATIBVS COMPLVTENSI ET HEIDELBERGENSI  
INSTRVCTO  
CATHEDRATICO EMERITO HISTORIAE ANTIQVI Aevi  
IN VNIVERSITATE BARCINONENSI  
PRIMO POST VIGESSIMAE CENTVRIAE QVARTVM DECENIVM  
SODALI PERPETVO EX REGIA ACADEMIA HISTORIAE HISPANIAE  
QVI INTRA AMBITVS HISTORIAE OECONOMICAE ET SOCIALIS  
ET EPIGRAPHIAE AMPHORICAE  
CENTRVN STVDIIS DE RATIONIBVS INTER PROVINCIAS  
IN ANTIQVITATE CLASSICA PROVEHENDIS  
CONDIDIT ET AB INITIO ETIAM NVNC MODERAT  
ITEM ARCHAEOLOGICAE EXCAVATIONIS IN MONTE TESTACEO  
LABORIBVS INVICTVS PRAEEST  
VIRO HVMANISSIMO MAGISTRO PRAECLARO  
OPTIME MERITO  
AMICI SODALES DISCIPVLI  
GRATISSIMO ANIMO  
HVNC LIBRVN  
D. D. D.

Universidad de Barcelona. Datos catalográficos

---

Ex Baetica Romam : homenaje a José Remesal Rodríguez. – (Col·lecció Homenatges ; 58)

Inclou referències bibliogràfiques

ISBN 978-84-9168-410-7

I. Revilla Calvo, Víctor, editor literari II. Aguilera, Antonio (Aguilera Martín), editor literari III. Pons Pujol, Lluís, 1971- editor literari IV. García Sánchez, Manel, editor literari V. Remesal Rodríguez, José, entitat homenatjada VI. Títol VII. Col·lecció: Homenatges (Universitat de Barcelona) ; 58

1. Remesal Rodríguez, José 2. Història antiga 3. Arqueologia 4. Homenatges

---

© Edicions de la Universitat de Barcelona

Adolf Florensa, s/n

08028 Barcelona

Tel.: 934 035 430

Fax: 934 035 531

www.publicacions.ub.edu

comercial.edicions@ub.edu



MONTAJE: Javier Heredero Berzosa y Jordi Pérez González

FRONTISPICIO: Fernando Martín González

ISBN 978-84-9168-410-7

DEPÓSITO LEGAL B-2.825-2020

IMPRESIÓN Y ENCUADERNACIÓN Gráficas Rey

La edición de este volumen forma parte del proyecto HAR2017-85635-P y ha recibido una ayuda del Área de Historia Antigua del Departamento de Historia y Arqueología de la Universidad de Barcelona.

Queda rigurosamente prohibida la reproducción total o parcial de esta obra. Ninguna parte de esta publicación, incluido el diseño de la cubierta, puede ser reproducida, almacenada, transmitida o utilizada mediante ningún tipo de medio o sistema, sin autorización previa por escrito del editor.

## *Prefacio*



Imagen tomada el 28 de Septiembre de 2018 en la Facultat de Geografia i Història de la Universitat de Barcelona (Aula Magna) en el acto académico de homenaje al Profesor José Remesal Rodríguez por su jubilación. *Lectio Magistralis*.

*Suum cuique*. Es justo loar la trayectoria académica de una persona que ha trabajado tanto. Andaluz de nacimiento, catalán de adopción y europeo por vocación, su vida personal y sus investigaciones discurren juntas: Sevilla, Madrid, Barcelona, Heidelberg y Roma le han visto trabajar, investigar, en definitiva, vivir *Ex Baetica Romam*. Este volumen recoge las contribuciones que colegas y discípulos han querido dedicar al profesor Remesal con motivo de su jubilación como Catedrático de Historia Antigua de la Universitat de Barcelona. El contenido es, forzosamente, heterogéneo, dada la cantidad de participantes y la diversidad de campos de conocimiento que abarca, desde la Historia del Próximo Oriente a la Antigüedad Tardía, de la historia económica a la social, pasando por las instituciones y el derecho. Este hecho refleja la amplitud del magisterio del profesor Remesal, cuyos discípulos trabajan en ámbitos de investigación muy diferentes. Evidencia, igualmente, una constante de su actividad científica y de su personalidad: su curiosidad por explorar argumentos nuevos desde una perspectiva interdisciplinaria. Sea este volumen un merecido homenaje a toda una vida dedicada a la investigación y a la docencia universitaria. Todos los que hemos participado en él se lo ofrecemos con afecto.

LOS EDITORES

Barcelona, Noviembre de 2019



# *A Lusitânia e a cidade gaulesa dos Éduos*

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

## I. ENSAIO SOBRE A OBSCURIDADE ETNONÍMICA

Estive tentado a dar a esta breve nota o título de «Ensaio sobre a obscuridade etnonímica». De facto, quando, em Setembro de 1977, eu observava os monumentos epigráficos expostos no Museu de Cluj-Napoca, na Roménia, apercebi-me como os modelos que eu encontrara na Lusitânia eram, afinal, em tudo idênticos aos que ali se viam. Preparava-se, então, a ciência epigráfica – pode dizer-se hoje – para vir a ter uma larga dimensão, uma vez que eram escassos os meios, até esse momento, postos ao seu dispor. E não estarei longe da verdade se afirmar que para tal muito contribuiu também o VII Congrès International d'Épigraphie Grecque et Latine realizado nesse mês de Setembro, em Constanza.

A referida dimensão internacional não deve encarar-se apenas como significando a presença dos estudos epigráficos nos vários países, mormente os europeus cujo território actual pertencera ao do vasto Império Romano; quer dizer, sobretudo, que Oriente e Ocidente se deram conta dessa mesma pertença em termos científicos e que a partilha de conhecimentos passaria a ser deveras fundamental.

Neste dealbar do século XXI, com a vertiginosa utilização dos meios informáticos à Epigrafia, a dita globalização atingiu um nível tão aperfeiçoado que é possível, por conseguinte, deixar de olhar apenas para o local, o regional ou, mesmo, o provincial, para se abarcar um horizonte mais vasto, o do Império na sua totalidade.

Esta reflexão impôs-se-me ao receber o livro de Yann Le Bohec, o *corpus* actualizado das inscrições da «cité des Éduens». Repensara, não havia muito tempo, as dedicatórias a Júpiter Óptimo Máximo, feitas, mormente na zona

ocidental da Hispânia por *vicani* ou por *civitates*, cujas designações suscitavam sempre as maiores dúvidas, não apenas quanto à sua leitura e eventual etimologia, sem falarmos já do real significado territorial e administrativo que poderia atribuir-se-lhes. Acabei por apresentar a hipótese de que tão rebarbativas palavras eram claro reflexo das dificuldades que os indígenas tinham em se exprimir de forma que o lapicida pudesse passar a escrito uma fonética para ele totalmente desconhecida (Encarnação 2018).

E disse para comigo: «Na Lusitânia, por exemplo, um *corpus* das inscrições “da cidade dos Áravos” seria mui dificilmente imaginável sequer, porque a dispersão de designações etnonímicas é de tal ordem que a organização administrativa e territorial duma região como a que geralmente é tida como do *conventus Scallabitanus* – *grosso modo*, entre os rios Douro e o Tejo – continua, e certamente continuará, envolta em mistério.

## 2. OS EXTRAVAGANTES ETNÓNIMOS DO OCIDENTE PENINSULAR

Vejam-se duas inscrições.

### 2.1. Os Dovelónicos

Foi encontrada na cidade de *Conimbriga*, em 1938, a inscrição consagrada por *Albuius*, filho de *Camalus*, a uns *Lares* cujo epíteto surge incompleto na pedra: *Lubanc* (Fig. 1). Explicita-se (ou parece explicitar-se), além disso, que tais divindades seriam protectoras *Dovilonicor(um) horum*, expressão que tem sido interpretada como «destes Dovelónicos».

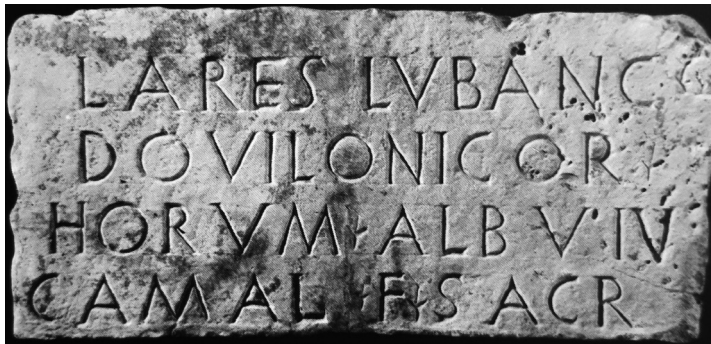


Figura 1. Placa votiva aos *Lares Lubanc*. Conimbriga. Cliché FC II.



No seu comentário, Fabre e Étienne (FC II nº 11) consideraram que estes Lares eram, naturalmente, divindades tópicas, «liées à la gentilité des *Dovilonici*», tutelares de um clã «que fazia parte da comunidade de linhagem dos *Dovilonici*». Interpretaram, pois, o epíteto como adjectivo: *Lubanci*; e não levantaram a questão por que estará o vocábulo em nominativo, quando seria de esperar um dativo dependente da abreviatura final SACR(*um*) ou SACR(*avit*).

Em 1969, quando, assinada por Alarcão, Étienne e Fabre, fora apresentada por Étienne uma comunicação à Académie des Inscriptions & Belles Lettres, de Paris, subordinada ao título «Le culte des Lares à Conimbriga (Portugal)», sugeriu-se (p. 222) que, para melhor se compreender a dedicatória, se deveria optar por subentender a palavra *laribus*, de forma a entender-se que também o ex-voto se dedicara «[aux lares] de ceux-ci», ‘aos lares destes’.

Comentando a apresentação, Jacques Heurgon contestou, porém, essa hipótese: «J’ai peine à croire que *horum* puisse dépendre d’un Laribus sous-entendu. Ce serait contraire aux règles de la grammaire latine, qui veut qu’on ne sous-entende le substantif que lorsqu’il devrait être répété au même cas. Et naturellement les *Conimbricenses* n’écrivaient pas sans doute un latin impeccable. Mais le voisinage immédiat invite à rattacher *horum* à *Douilonicorum*. La gentilité des *Lubanci* semble avoir fait partie d’un groupe plus vaste, celui des *Douilonici*, dont peut-être une fraction résidait à Conimbriga, et d’autres ailleurs. Je me demande si l’on ne pourrait pas essayer de traduire: «Les Lares *Lubanci* des *Douilonici* qui sont ici» (p. 235-236).

Em 1976, a proposta será ligeiramente diferente – «Aux Lares *Lubanci* des *Dovilonici* de ce lieu» – mas vai no mesmo sentido.

Estabelecer-se-ão paralelos linguísticos: documentam-se na Hispânia os antropónimos *Dovilo* e *Dovilus*, por exemplo, verificando-se que, em relação a este último, se diz, na inscrição EE IX 135, que estava relacionado com o que María Lourdes Albertos viria a chamar «organizaciones suprafamiliares» (1975), uma vez que se apresenta como *Dovilus Doviliq(um)*, forma entendida habitualmente como genitivo plural indígena: «dos Dovílicos». Há, na verdade, não pode negar-se, semelhança fonética entre estes Dovílicos – passíveis de atribuir-se ao lugar de Azután, perto de Toledo – e os Dovilónicos da região de Conímbriga. Mas que significado dar a essa semelhança tão estranha aos cânones latinos?

Enumera e comenta María Lourdes Albertos, no citado trabalho publicado em 1975, as «organizaciones suprafamiliares» que as inscrições documentam. José María Vallejo tentará, por seu turno, estabelecer laços



linguísticos entre os antropónimos, topónimos e teónimos conhecidos; do radical *Douil-* afirmará que é «lusitano-galaico» (2005, p. 307).

Será, todavia, Francisco Beltrán Lloris quem mais pormenorizadamente virá a questionar (1988, p. 68-69 e 71) as interpretações dadas até esse momento à inscrição. Começa por afirmar que, na pedra, «horum aparece associado a *Albuiu(s)* e não a *Dovilonicor(um)*»; por isso, prefere «entender o demonstrativo numa função anafórica e traduzir “Aos Lares Lubancos dos Dovilónicos; de estes, Albuio, filho de Câmalo, o consagrou”». Desta sorte, acrescenta, «o patronímico estaria a exercer uma função dupla: assinalar, por um lado, a relação entre os *Lares Lubanci* e o grupo dos Dovilónicos e, por outro, a pertença a estes de Albuio, o que é habitual no caso dos genitivos patronímicos». Anota, ainda, que o epíteto *Lubancus* tem como paralelo mais próximo o antropónimo *Lubaecus*, que se regista na zona de Cáceres e em Idanha-a-Velha; e, depois de discordar da «hierarquia de linhagens» sugerida pelos autores de *FC II*, afirma que «este género de estrutura familiar estaria então ainda escassamente arreigado entre os Lusitanos» (p. 69), mas que não há dúvida de que estamos perante «divindades tutelares das terras em que esse grupo de parentesco residia» (p. 71).

Uma epígrafe, conclui-se, que dificilmente poderá interpretar-se correctamente, enquanto outros testemunhos destes etnónimos não vierem a identificar-se. Tudo muito longe também, admitamos, de uma Gália, onde os *Aedui* têm significado...

## 2.2. Em Lamas de Moledo

Mais do que esclarecer-nos dúvidas, a inscrição rupestre de Lamas de Moledo (Fig. 2) veio complicar o panorama.



Figura 2. Inscrição rupestre de Lamas de Moledo.

Comummente aceite de que se trata do ex-voto gravado por vários povos (porventura transumantes) às divindades suas protectoras, o certo é que, também aí, os nomes, embora latinizados, revelam uma fonética deveras estranha.

Seguindo a leitura de João Vaz (1997, p. 188-192) – embora outras interpretações haja, mas para o nosso raciocínio essas divergências podem, na verdade, considerar-se de somenos –, os *Veaminicori* fizeram a oferta de um animal à *Crouga dos Magareaicoi* e os *Petranioi* obsequiaram com um outro a *Iovea dos Caelobrigoi*.

Tudo nomes, portanto, que fogem a toda a análise. Aliás, este autor – na peugada de Jorge Alarcão, que muito se tem dedicado a procurar clarificar territórios e limites dos povos pré-romanos dessa zona entre o Douro e o Tejo – não hesitou em considerar a cidade que terá estado na origem da actual Viseu como a capital dos *Interannienses*, um ‘povo’ cujo território delimitou e chegou mesmo a geograficamente caracterizar (1997, p. 325-330), à semelhança do que depois dirá acerca da cidade anterior a Lamego a que atribuiu o estatuto de «capital dos Coilarnos».

Mas... não navegamos nós, ainda, num mundo deveras desconhecido, servindo-nos da Linguística, sem um fundamento histórico-arqueológico

concreto como aquele que permitiu a Le Bohec reunir num *corpus* as epígrafes dos *Aedui*? Permita-se-me, pois, que teça algumas considerações sobre este nº 50 da *Col·leció Instrumenta*, dirigida pelo Professor Remesal.<sup>1</sup>

### 3. Os ÉDUOS

#### 3.1. *Col·leció Instrumenta*

Para além do *opus magnum* que representa, para D. José Remesal Rodríguez, o mundo infundável do Monte Testaccio, a que se tem dedicado de alma e coração (Fig. 3), criando uma verdadeira escola de estudo das ânforas, essa *Col·leció Instrumenta* constitui, indubitavelmente, uma das suas coroas de glória e só quem nunca foi editor de obras científicas é que não compreenderá o que isso significa. Saiu o 1º volume em 1993; datam de 2017 os nºs 55 a 58 e neste último se anunciam mais quatro «en preparación». *Opus magnum*, de facto!



Figura 3. Remesal no Monte Testaccio (com M. Mayer e G. Baratta).

Justifica-se, pois, que, para ilustrar as perspectivas de investigação a que atrás aludi, me sirva da obra que, na colecção, recebeu o nº 50 – em jeito de homenagem ao autor (também ele incansável nas suas pesquisas!) e, de modo muito especial, ao Amigo e ao Editor.

1. Tive ocasião de traçar uma panorâmica dessa obra de Le Bohec em nota bibliográfica inserida na revista *Conimbriga* 57, 2018, 268-271.

A hipótese de trabalho foi a seguinte: é costume tanto no estudo das inscrições funerárias como nas votivas fazer, na Península Ibérica, o comentário tendo em conta de modo específico – e, amiúde, único – o panorama hispânico. E se, a propósito do que vem nesse nº 50 sobre a cidade dos Éduos, a nossa comparação se alargasse?

### 3.2. *A civitas*

Os Éduos (Éduens em francês, *Aedui* em latim) «formavam um dos maiores povos da Gália» e tal designação, até há pouco ‘misteriosa’, tem, segundo X. Delamarre uma explicação etimológica: deriva do radical indo-europeu *aed-*, *\*aidb-*, que, nas línguas mais antigas, se relaciona com o fogo; seriam, por isso, «os ardentes», «os inflamados» (p. 11).

Era, ao tempo de César, «a mais importante *civitas*» gaulesa, de que Dumnorix foi um dos *principes* dirigentes, e a sua principal riqueza advinha da percepção de impostos; tinham senado e o magistrado principal, *summus magistratus*, chamava-se ‘vergobret’.

O território dos Éduos viria a ser incorporado na província romana da *Gallia Lugudunensis* (e não *Lugdunensis*, adverte Le Bohec) (p. 13); corresponderia, *grosso modo*, ao actual departamento francês de Saône-et-Loire (p. 15).

### 3.3. *Estabelecer o território*

Antes de prosseguirmos, quiçá não seja despiciendo atentar no que Yann Le Bohec escreve sobre «le problème de l’étendue de la cité des Éduens et de ses limites» (p. 14), já que falámos em território e o estabelecimento de um território é, não há dúvida, tarefa aliciante para os historiadores. Aliciante, sim, mas bem complexa, como o autor reconhece. E vale a pena, a este propósito, dar conta da relevante síntese que ficamos a dever à sua grande experiência de historiador e de epigrafista.

Escreve Le Bohec : Les historiens «commencent par l’époque celtique, et ils repèrent les sanctuaires de limite, notion contestable car ces sanctuaires ne sont jamais précisément sur les limites et toutes les limites n’ont pas de sanctuaire; ils relèvent les dépôts monétaires en comptabilisant bien les monnaies de tel ou tel peuple, ce qui est une entreprise délicate car une attribution de ce genre est souvent contestable et contestée; et ils se fient à la toponymie; mais ils oublient parfois qu’il peut y avoir différentes sortes

de limites, politiques, culturelles, religieuses, ..., et qu'elles peuvent changer avec le temps. Toutefois, tous ces critères, réunis, permettent de proposer un tableau, acceptable dans ses grandes lignes» (p. 14).

Acrescentará que, se os rios serviram de fronteira, o limite nunca foi fixado a meio do leito; que – quando os há e *in loco* – os *termini* poderão ser um bom auxílio; que também os miliários, por as milhas serem contadas a partir da *caput civitatis*, são de utilidade; que igualmente são susceptíveis de dar informação os limites das dioceses do século IV e, no caso francês, «os *pagi* da época franca e as províncias da época real» (p. 15) – critérios a que também se recorre na Hispânia.

Esta brevíssima síntese dá logo a entender que estamos, de facto, muito longe do que se passou na Lusitânia, em que nada se conhece – ‘por enquanto’, poderia acrescentar com optimismo... – sobre o modo como essas *gentilitates*, esses *populi* ou mesmo os *vici* e os *pagi* se organizavam.

As duas inscrições de Alcains (HEpOL 26 831 e 26 832) trouxeram luz sobre o modo como as *gentilitates* nasceram: *Polturicus* fundou a *gentilitas Polturiciorum* e mandou que se consagrasse voto a *Asidia Polturicea*, sua divindade protectora. Nada se conhece, porém, a respeito do modo de organização, suspeitando-se apenas que, por isso, tudo se passava a nível familiar, de «clã».

### 3.4. Textos significativos

Em comentário à inscrição n° 27, de Chalon-sur-Saône, consagrada *deo Herculi*, colocada *l(oco) d(ato) ex d(ecreto) pag(i)* – siglas e abreviatura que não terão suscitado qualquer objecção –, não hesita Yann Le Bohec em afirmar que, segundo ele e, nomeadamente, neste caso, a palavra *pagus* significa «pays», acrescentando: «Et il s'applique à une subdivision du territoire des Éduens» (p. 49).

Erigiram os *Oppidani Cabilonnenses* o pedestal à *dea Souconna* (inscrição n° 33). E o autor não hesita: «Nous pensons que le terme *oppidani*, habitants de l'*oppidum*, a une valeur non pas juridique mais géographique. Il désigne simplement une agglomération» (p. 53).

Está no Museu de Autun (em cuja região abundam, diga-se desde já, as estelas com representação dos defuntos togados, em baixo-relevo) uma das mais completas epígrafes deste *corpus* e uma das mais sugestivas: dois dos seus libertos e herdeiros, *Secundus* e *Hibernalis*, dedicam *sub ascia* o túmulo do *patronus optimus*, *Q. Secundius Quigo*, cidadão de *Treveri*, que, *in Aeduis consistens*,

*omnibus honoribus inter eos functus* (inscrição nº 185). Uma prova de que, entre os Éduos, o normal percurso administrativo local era seguido.

Na inscrição nº 189, o fragmento, que viu, de uma placa também encontrada em Autun, prefere Le Bohec reconstituir, ainda que dubitativamente, *ciui[ta]s/[Ae]duo[rum](?)*, porque – escreve – tal reconstituição «tem o mérito de lembrar que os Eduanos tinham o estatuto jurídico de *ciuitas*» (p. 131).

A questão do estatuto, uma questão sempre presente e, quiçá, de solução difícil, que deverá ter em conta, mui provavelmente, o contexto cronológico e geográfico, dado que a mesma terminologia poderá ter sido adoptada, por ser a que estava disponível, para caracterizar realidades político-administrativas diferentes, tal como acontece com a designação *res publica*.

### *3.5. Antroponímia, teónimos e crescente lunar*

Fugindo à questão primordial que me propusera abordar – que semelhança ou que diferenças há entre o panorama etnonímico e conseqüente ordenamento político-administrativo (no sentido vertical e horizontal) da Gália e da Lusitânia? – permita-se-me que aproveite a leitura do livro de Yann Le Bohec para mais algumas reflexões.

Refere a inscrição nº 202 (CIL XIII 2699) *Boudia Hilariana*. «Boudia, nom gaulois, est ici en position de gentilice», comenta o autor (p. 138). *Boudius* surge, porém, como nome único, numa inscrição de Cória, na Lusitânia, e o editor de *L'Année Épigraphique* (AE 1975, 515) inclui-a numa «famille évidemment indigène». Vallejo, por seu turno, relacionando «las formas lusitanas en Boud->» (cita *Boudica*, *Boudenna*, *Boudelus*), não deixa de referir que *Boudius* se regista «en Narbonense y Lugdunense [sic]» (p. 224) e tece sobre estes antropónimos amplas considerações, mormente nas p. 222-224. Quanto à utilização de um nome indígena, local, na função de gentílico, outros exemplos há, de que pode apresentar-se o testemunho dito «lusitano» de *Caturicus* (v. g., *Caturica Prima* – IRCP 18), antropónimo cujo radical *Catur-* é também largamente analisado por Vallejo (p. 267-271).

No que concerne aos formulários dos epitáfios, não temos neste *corpus* dos *Aedui* testemunhos do que, na epigrafia da Lusitânia, é frequente: *s(it) t(ibi) t(erra) l(evis)*.

Nesta brevíssima incursão – que não é ‘cirúrgica’, porque tal implicaria várias releituras, tão denso de sugestões se antoja um *corpus* tão aparentemente singelo! – não poderia deixar de comentar dois aspectos:

– Prende-se o primeiro com o uso do qualificativo (digamos assim) *deus* antes de um teónimo, que tanto nos surge aqui em expressões referentes a divindades ditas «clássicas» – *Deo Herculi* (nº 27) ou *Deo Mercurio* (nº 31) – como a um estranho *Deo Baconi* (nº 26). Ou seja, não parece ter, como amiúde se alvitra, a função de especificar que se trata de uma divindade e que pode encobrir, por isso, uma divindade indígena alvo de *interpretatio*.

– Há dedicatórias *Bormoni et Damonae* (n.ºs 498 e 499, nesta grafado com v: *Borvo*). Explica o autor: «Borvo, un Apollon gaulois, était dieu des sources salutifères; Damona, sa parèdre, exerçait les mêmes fonctions» (p. 282). Não resisto a remeter para o ‘nosso’ *Bormanicus*, de Caldas de Vizela (Guimarães), que detém, sem dúvida, o mesmo radical e foi identificado junto a uma nascente de águas termais (Encarnação 2011 e 2015). O paralelismo é evidente.

Quanto à decoração, atesta-se a representação da Lua, sendo de notar o facto de a posição lunar (Fig. 4, nº 44, Chalon-sur-Saône) não corresponder a nenhuma fase específica, não é o quarto crescente nem o minguante: a Lua está deitada, de pontas para cima, tal como acontece na ara de *Caecilia Marina Ossonobensis* (IRCP 64 – Fig. 5)! Comenta Yann Le Bohec: «Cette disposition, ignorée par les archéologues, existe pourtant bien et elle est connue des astronomes qui emploient pour la désigner l’expression de «lune en berceau» (dans ce cas, si l’on trace une ligne imaginaire reliant les deux pointes de la lune, celle ligne est parallèle à l’horizon). Cette situation se rencontre assez rarement; elle a pu être observée le 27 août 2007 à Portland ou le 17 mars 2010 à Paris. Elle peut également se retrouver dans le cas d’une éclipse de lune [...]. Ce symbole renvoie à une immortalité astrale, idée très répandue dans le monde antique, et qui n’est pas spécifique du culte d’Isis» (p. 18).





4



5

Figura 4. A Lua na posição de berço (inscrição 285, fig. 176). Cliché de Loïc de Cargouët.

Figura 5. Baixo-relevo da Lua em IRCP 64.

### *3.6. As profissões e uma questão de... odres para vinho!*

Um dos aspectos mais apetecidos pelos epigrafistas é a menção, nas epígrafes, de profissões ou de actividades económicas, pelo que tal pode revelar não apenas do orgulho dos familiares ou do próprio na actividade exercida, mas da existência dessa realidade, praticada quer a nível individual quer o defunto ou o homenageado se apresente como membro de uma corporação.

Um tema que tem, de facto, suscitado inúmeros estudos, de que apenas se citam alguns, a título de exemplificação: Bernard Rémy estudou as inscrições de médicos (1984, 1991 e 2010); Farland Stanley Jr. reflectiu sobre os professores mencionados na epigrafia de Hispânia (1991); Renate Lafer interessar-se-á por todas as actividades equiparáveis às dos bombeiros actuais documentadas no mundo romano (2001); Edmond Frézouls (1991) reunirá, por seu turno, as designações de ofícios patentes nas epígrafes da Gália e da Germânia; Helena Gimeno debruçara-se já sobre as epígrafes relacionadas com os artesãos também na Hispânia (1988), na sequência do que Santero Santurino

(1978) fizera, em relação às associações populares, muitas delas igualmente referentes a profissões exercidas. Aliás, a um nível mais geral, encontramos o artigo de Martin Langner (2001), que analisa 466 inscrições relacionadas com as actividades profissionais da Gália e do Norte da Península Itálica, ou o de Patricia Elizabeth Easterling (2002), que perspectiva o ambiente cultural que envolve a actividade dos actores gregos e romanos.

E se actores os terá havido por todo o Império, dado que idêntica era, por toda a parte, a necessidade de diversão, há, todavia, profissões que se registam apenas nalguns lugares, atendendo à actividade primordial que aí se desenvolverá.

Esta aparente derivação do fio condutor do meu ensaio foi, por conseguinte, provocada por, no *corpus* em análise, a inscrição nº 446, de Bardle-Régulier, ter sido dedicada por *L. Censorinius Ibliomarus, ciuis Treverus, Genio utriculariorum*, em reconhecimento, decerto, por ter exercido com agrado a sua função de *curator* nessa corporação. Explica Le Bohec: «Les utriculaire formaient un collège vertical, regroupant ouvriers et patrons; ils étaient organisés sur le modèle de la cité, avec assemblée, magistrat principal, ici un curateur, et questeur» (p. 252).

Tem-se discutido a função dos *utricularii*, odreiros, ou melhor (corrigindo, de certo modo, o que Yann Le Bohec escreve – p. 252 –, uma vez que a função dos odreiros é... fabricar odres!), qual a utilização que esses odres teriam. Serviam, segundo uns, para, cheios, aguentarem as jangadas, que poderiam, assim, fazer navegação fluvial; para outros, usavam-nos os odreiros para o transporte de líquidos, nomeadamente vinho e azeite, em mulas.

Comenta Le Bohec: «Nous ne sommes pas persuadés que le vin aurait eu un très bon goût après un tel traitement» (*ibidem*).

Tem razão: ânforas seria melhor – e o Professor José Remesal bem sabe, no ‘seu’ Monte Testaccio, que muitas delas era vinho que transportavam; contudo, essoutra situação é bem conhecida dos que muitas vezes ouviram conhecida passagem dos Evangelhos, concretamente Mateus, 9, 17:

«Neque mittunt vinum novum in utres veteres, alioquin rumpuntur utres, et vinum effunditur, et utres pereunt; sed vinum novum in utres novos mittunt, et ambo conservantur».

«E não põem vinho novo em odres velhos, pois se correria o risco de os odres se romperem e o vinho se derramar e até os odres se perderem; mas há que pôr o vinho novo em odres novos e, desta forma, ambos se conservarão!».

Sim, teria, pois, razão Yann, se cuidado não houvera em pôr o vinho novo em odres novos, como decerto se não envasaria vinho em ânfora já usada!...

#### 4. CONCLUSÕES

Vinho novo em odre novo foi este com que ‘o saber de experiência feito’ de Yann Le Bohec nos obsequiou. Passível, como se viu, não de nos inebriar fisicamente mas de nos abrir outros horizontes, à primeira vista insuspeitados quando se diz «pronto, mais um *corpus* epigráfico!». Não é.

Ensaíamos, assim, novas perspectivas no confronto do que foram, na Gália, as realidades organizativas pré-romanas com o que os Romanos viriam encontrar num Ocidente peninsular polvilhado de ‘etnias’ diferentes, cada qual com sua designação tão estranha que dificilmente se passava para as epígrafes quando adregava querer-se adorar o Génio do lugar ou mesmo o Júpiter Ótimo Máximo do colonizador recém-chegado. Concluiu-se, por isso, que, por mais comparações fonético-linguísticas que se queiram fazer, muitas dúvidas continuarão a subsistir, justamente porque, além de mal grafadas, as palavras essenciais, por ignorância, por influência da oralidade, pela dificuldade de compreensão de uma língua estranha, acabam amiúde por ficar truncadas, justamente por se desconhecer como é que deveriam terminar.

Nenhuma conclusão, portanto, a esse nível da etnonímia? Não: uma conclusão se mantém, a da grande diversidade de designações no Ocidente peninsular, cujo real estatuto se desconhece. Tinham os Éduos senado, governava-os o ‘vergobret’, viviam da percepção de impostos. E dos *Dovilonici*, dos *Lubanci*, dos *Magareaicoi*... – que se sabe?... Nada!

Esta leitura permitiu-nos, por outro lado, clarificar aspectos de que muito se fala e sobre que – eventualmente – pouco se reflectirá:

- a questão dos limites dos povos e dos seus aglomerados urbanos.
- a aculturação onomástica, que usa os mesmos procedimentos na Gália e neste Ocidente.
- a *interpretatio divina*, também comum a ambos os horizontes geográficos, pois que divindades romanas e indígenas, com ou sem a anteposição de *deo*, *deae*, são irmanadas quando são idênticos os seus atributos, uma ‘convivência’ que terá subjacente a ela motivações políticas (não se nega), mas que também interessará aos habitantes.
- a relevância do ponto de vista económico-social que detém a menção, numa epígrafe, duma profissão.

Riqueza cultural e científica de um livro integrado numa aplaudida colecção, cuja riqueza cultural e científica nunca será de mais evidenciar e por cuja continuidade nos cumpre formular mui calorosos augúrios.

## BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, ETIENNE, FABRE 1969: ALARCÃO, J., ETIENNE, R., FABRE, G. Le culte des Lares à Conimbriga (Portugal), *Comptes Rendus de l'Académie des Inscriptions & Belles Lettres* 1969, 213-236.
- ALBERTOS 1975: ALBERTOS, M. L. *Organizaciones suprafamiliares en la Hispania antigua* (Studia Archaeologica 37). Santiago de Compostela e Valladolid 1975.
- BELTRÁN 1988: BELTRÁN LLORIS, F. «Culto a los Lares y grupos de parentesco en la Hispania indoeuropea». En: MAYER, M., GÓMEZ PALLARÈS, J. (eds.), *Religio Deorum*, Sabadell 1988, 59-71.
- EASTERLING 2002: EASTERLING, P. *Greek and Roman Actors. Aspects of an Ancient Profession*, Cambridge 2002.
- EE = *Ephemeris Epigraphica*.
- ENCARNAÇÃO 2011: d'ENCARNAÇÃO, J. «Viver, filosofar... viver!». En: GARCÍA BLANCO, M.J. et alii (eds.), *Αντίδωρον, Homenaje a Juan José Moralejo*. Santiago 2011, 165-174.
- 2015: d'ENCARNAÇÃO, J. *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal*, Coimbra, 2015.
- 2018: d'ENCARNAÇÃO, J. «Apostilas epigráficas – 8». *Liburna* 13, 2018 (no prelo).
- FAURE, RÉMY 2010: FAURE, P., RÉMY, B. *Les Médecins dans l'Occident romain: Péninsule Ibérique, Bretagne, Gaules, Germanies*, Paris, 2010.
- FC II = ÉTIENNE, R., FABRE, G., LÉVÊQUE, M. *Fouilles de Conimbriga, II – Épigraphie et Sculpture*, Paris, 1976.
- FRÉZOULS 1991: FRÉZOULS, E. «Les noms de métiers dans l'épigraphie de la Gaule et de la Germanie romaines». *Ktéma* 16, 1991, 33-72.
- GIMENO 1988: GIMENO PASCUAL, H. *Artesanos y Técnicos en la Epigrafía de Hispania*, Bellaterra 1988.
- HEpOL = base de dados epigráficos da *Hispania*, acessível em <http://eda-bea.es/>
- IRCP = d'ENCARNAÇÃO, J. *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis — Subsídios para o Estudo da Romanização*. Coimbra, 2013. Acessível em <http://hdl.handle.net/10316/578>. [Indica-se o ° da inscrição no *corpus*].
- LAFER 2001: LAFER, R. «Omnes collegiati, concurrite!». *Brandbekämpfung im Imperium Romanum* (Grazer altertumskundliche Studien, 7). Francfort-sur-le-Main 2001.
- LANGNER 2001: LANGNER, M. «Szenen aus handwerk und handel auf gallo-römischen Grabmälern». *Jahrbuch des Deutschen Archäologischen Instituts* 116, 2001, 299-356.
- LE BOHEC 2015: LE BOHEC, Y. *Inscriptions de la Cité des Éduens. Inscriptions sur Pierre. Inscriptions Latinae Galliae Lugudunensis (ILGL). 2. Aedui (L. Aed.)* (Instrumenta 50), Barcelona 2015.
- RÉMY 1984: RÉMY, B. «Les inscriptions de médecins en Gaule». *Gallia* 42, 1984, 115-152.

- 1991: RÉMY, B. «Les inscriptions de médecins dans les provinces romaines de la Péninsule Ibérique». *Revue des Études Anciennes* 93, 1991 (3-4), 321-364.
- SANTERO 1978: SANTERO SANTURINO, J. M. *Asociaciones Populares en Hispania Romana*, Sevilha 1978.
- STANLEY 1991: STANLEY Jr., F. «Roman education: observations on the Iberian experience». *Revue des Études Anciennes* 93, 1991 (3-4), 299-320.
- VALLEJO 2005: VALLEJO RUIZ, J. M. *Antroponimia Indígena de la Lusitania Romana*, Vitoria-Gasteiz 2005.
- VAZ 1997: VAZ, J. *A Civitas de Viseu – Espaço e Sociedade*, Coimbra 1997.
- 2007: VAZ, J. *Lamego na época romana, capital dos Coilarnos*, Lamego 2007.